



BOLETIM ECONÔMICO NUPE - UNIFOR

Vol. 5, N. 7, Setembro/2024 #46



**Universidade
de Fortaleza**



BOLETIM ECONÔMICO NUPE - UNIFOR

Vol. 5, N. 7, Setembro/2024 #46

Reitoria

Reitor Randal Martins Pompeu

Vice-reitoria de Graduação

Vice-reitora Maria Clara Cavalcante Bugarim

Diretora do Centro de Ciências da Comunicação e Gestão - CCG UNIFOR

Profa. Danielle Batista Coimbra

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Prof. Felipe Albuquerque Sobral e Silva

Coordenador do Curso de Economia UNIFOR

Prof. Allisson David de Oliveira Martins

Coordenador do Núcleo de Pesquisas Econômicas -
NUPE

Prof. Nicolino Trompieri Neto

Curso de Economia UNIFOR / Professor



APRESENTAÇÃO

A Universidade de Fortaleza – Unifor, na sua missão de “contribuir para o desenvolvimento humano por meio da formação de profissionais de excelência e da produção do conhecimento”, reconhecida entre as melhores instituições de ensino superior do mundo, avança mais uma etapa, na seara de estudos econômicos, ao estruturar documento econômico fundamentado em bases científicas sólidas e robustas.

O Núcleo de Pesquisas Econômicas - Nupe, vinculado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade de Fortaleza, tem a satisfação de apresentar à sociedade cearense mais um número do Boletim Econômico, publicação que analisa o desempenho das economias, no mundo e brasileira, e em especial do Ceará. O Boletim Econômico Nupe é elaborado pelos alunos da disciplina Técnicas em Pesquisas Econômicas, com a orientação e supervisão dos professores do Núcleo de Pesquisas Econômicas - Nupe. Nosso boletim oferece à sociedade cearense, por meio de uma linguagem simples e acessível, informações que contribuem para um maior entendimento da situação presente e das perspectivas da economia para os próximos anos, e, dessa forma, colabora para a formação de uma sociedade reflexiva e de senso crítico, capaz de promover as transformações econômicas e sociais necessárias para a tão almejada arrancada do processo de desenvolvimento econômico do nosso País.

Essa 46ª edição do Boletim Econômico inicia com o artigo de opinião assinado por Tercio de Castro Teles, egresso do curso de Ciências Econômicas da Universidade de Fortaleza, intitulado “**Perspectivas da Economia de Hidrogênio Verde no Estado do Ceará**”. Na sequência da presente edição o leitor encontrará um panorama sobre a economia internacional e nacional com projeções do PIB das principais economias para o biênio 2024-2025; o comportamento da taxa de câmbio, da Selic, da inflação e do mercado de trabalho. Destaque especial no presente documento para as previsões elaboradas para o PIB do Brasil e do Ceará para os anos de 2024 e 2025 em três cenários possíveis: pessimista, provável e otimista.

Boa Leitura!

OPINIÃO:

PERSPECTIVAS DA ECONOMIA DE HIDROGÊNIO VERDE NO ESTADO DO CEARÁ

Tercio de Castro Teles ¹

O investimento em hidrogênio renovável e de baixo carbono é fundamental para atingir metas internacionais de redução de emissões de gases de efeito estufa e transição para uma economia de energia limpa. Com potencial para reduzir significativamente as emissões e gerar ganhos econômicos, o hidrogênio tem atraído o interesse de países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Além de contribuir para a proteção ambiental e o combate às mudanças climáticas, os investimentos nesta área podem impulsionar o crescimento econômico e a inovação. A criação de empregos, o estímulo à indústria e o desenvolvimento de novas tecnologias estão entre os benefícios esperados. Dessa forma, o hidrogênio verde surge como uma alternativa promissora para acelerar a transição energética e construir um futuro mais sustentável.

O hidrogênio verde é uma forma de energia limpa e sustentável que pode ser produzida a partir de fontes renováveis, como a energia solar e eólica. Ele é visto como uma solução para garantir a flexibilidade e a estabilidade de sistemas elétricos descarbonizados, uma vez que pode ser armazenado e transportado de forma eficiente.

O Brasil possui uma vantagem significativa nesse cenário, pois quase metade de sua matriz energética é composta por fontes renováveis, como a energia hidrelétrica, eólica, solar e biomassa. Isso significa que o país tem um grande potencial para produzir hidrogênio verde a partir de fontes renováveis, o que poderia reduzir sua dependência de combustíveis fósseis e contribuir para a descarbonização de sua economia.

Nesse sentido, o estado do Ceará conta com 100 parques eólicos em operação, gerando 2.577 MW de potência. Além disso, existem outros 72 empreendimentos eólicos em construção ou com obras não iniciadas, com capacidade contratada de 2.876 MW. O estado também possui 26 empreendimentos de eólica offshore aguardando licenciamento do Ibama, que têm potencial para gerar 64,9 GW de energia dentro do oceano. Na energia solar fotovoltaica, o Ceará tem uma capacidade instalada de 1.559 MW distribuídos em 35 empreendimentos. Outros 419 parques solares estão em construção e, juntos, em breve, vão gerar 16.738,3 MW de potência.

Esta disponibilidade de energia renovável a preços competitivos é fundamental para o Ceará na estruturação da economia do hidrogênio verde voltada para o mercado externo. O Ceará se destaca como o estado brasileiro com o maior número de projetos de hidrogênio verde anunciados. Adotando uma abordagem proativa, o estado lançou em 2021 o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio Verde do Ceará (PDH-CE), que prevê investimentos de até R\$5 bilhões até 2030 para fomentar a produção e o uso do hidrogênio verde. O PDH-CE envolve a colaboração de empresas privadas, instituições de pesquisa e o governo estadual, consolidando o compromisso do Ceará com o desenvolvimento de uma economia de hidrogênio verde.

Em fevereiro de 2021 foi lançado o HUB de Hidrogênio Verde, uma iniciativa do Governo do Estado do Ceará em colaboração com o Complexo do Pecém (CIPP), Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) e Universidade Federal do Ceará (UFC). O projeto tem como objetivo transformar o Pecém em um grande fornecedor global de hidrogênio verde, criando uma nova fonte geradora de empregos e renda, além de contribuir para a descarbonização global por meio da transição energética.

A produção de hidrogênio verde no Porto do Pecém tem uma capacidade instalada projetada de 6 gigawatts até 2034. Isso deve duplicar a quantidade de empregos diretos e indiretos na região, que hoje é de 80 mil. Até o momento, foram assinados seis pré-contratos (AES, Casa dos Ventos, Cactus Energia, Fortescue, Voltalia e uma sexta empresa que segue sob sigilo), a previsão de investimento de US\$ 8 bilhões (R\$ 38,8 bilhões). Além disso, há 36 Memorandos de Entendimento (MoU), todos com o objetivo de produzir e exportar hidrogênio

¹ Graduado em Ciências Econômicas pela Unifor.

verde, a sinalização de investimentos destes memorandos é acima de US\$ 30 bilhões de dólares (R\$ 145,7 bilhões de reais).

O HUB de Hidrogênio Verde no Ceará está localizado em uma posição estratégica, facilitando o transporte do hidrogênio verde para mercados globais. A meta é exportar até um milhão de toneladas desse combustível para a Europa até 2030. O Governo do Ceará e os Países Baixos assinaram acordos para a criação tanto do Corredor de Hidrogênio Verde (Green Hydrogen Corridor) entre o Porto do Pecém e o Porto de Roterdã, como da Parceria de Portos Verdes (Green Ports Partnership) entre o Ceará e os Países Baixos. O acordo inclui a produção de hidrogênio no Porto do Pecém e o recebimento e distribuição no Porto de Roterdã, para atender à demanda nos Países Baixos e em outros países da Europa. O Porto de Roterdã projeta produzir, até 2030, quatro milhões de toneladas de hidrogênio verde, desse total, 25% devem ser produzidos no HUB no Ceará.

Cumpra destacar que o HUB de Hidrogênio Verde no Ceará pode ser um importante polo de desenvolvimento econômico e social para a região. O setor de hidrogênio verde tem potencial para criar milhares de empregos e atrair investimentos bilionários. No entanto, é importante que o desenvolvimento do setor seja feito de forma responsável e sustentável. É preciso garantir que os impactos ambientais sejam minimizados e que a transição para uma economia baseada em hidrogênio verde seja justa e inclusiva.

Para o sucesso do hidrogênio verde no Ceará, é necessário um quadro regulatório robusto que estabeleça regras claras para a produção, transporte e exportação do produto. Além disso, são necessários investimentos em pesquisas e desenvolvimento para reduzir os custos de produção do hidrogênio verde e torná-lo mais competitivo em relação a outras fontes de energia.

Por fim, é fundamental que o governo incentive o desenvolvimento do setor de hidrogênio verde no Ceará por meio de políticas públicas e incentivos fiscais. Com essas medidas, o Ceará poderá se tornar um líder global na produção e exportação de hidrogênio verde.

CENÁRIO MUNDIAL

O cenário econômico global se apresenta com perspectivas cautelosas, marcado por incertezas e desafios. Neste sentido, é de extrema importância avaliar as principais economias globais, sobretudo em questões como inflação, crescimento econômico pela métrica do PIB, além de fatores geopolíticos que impactam a performance de cada país.

Em 2023, o Produto Interno Bruto (PIB) da Espanha foi superior aos valores projetados para 2024 e 2025, refletindo os esforços do país para controlar a inflação elevada do ano anterior.

No Reino Unido, fatores como o aumento dos custos de energia e as altas taxas de juros afetaram o crescimento econômico. No entanto, com a inflação desacelerando, o Banco da Inglaterra cogita reduzir os juros, o que impulsiona uma recuperação gradual da economia.

A Itália registrou, em 2023, um PIB de 2,1 trilhões de euros, superando níveis anteriores à crise financeira de 2008, com destaque para a construção civil e serviços como principais motores de crescimento. Espera-se que a demanda interna continue impulsionando a economia em 2024.

Na China, o crescimento do PIB foi de 5,2% em 2023, e o FMI projeta desaceleração para 4,6% em 2024 e 4,1% em 2025, devido à crise no setor imobiliário. O FMI sugere a adoção de políticas que facilitem o ajuste no setor e sustentem a economia.

A França teve um crescimento robusto no segundo trimestre de 2023, mas o PIB estabilizou no quarto trimestre. O FMI prevê crescimento modesto de 0,7% em 2024 e uma aceleração para 1,4% em 2025.

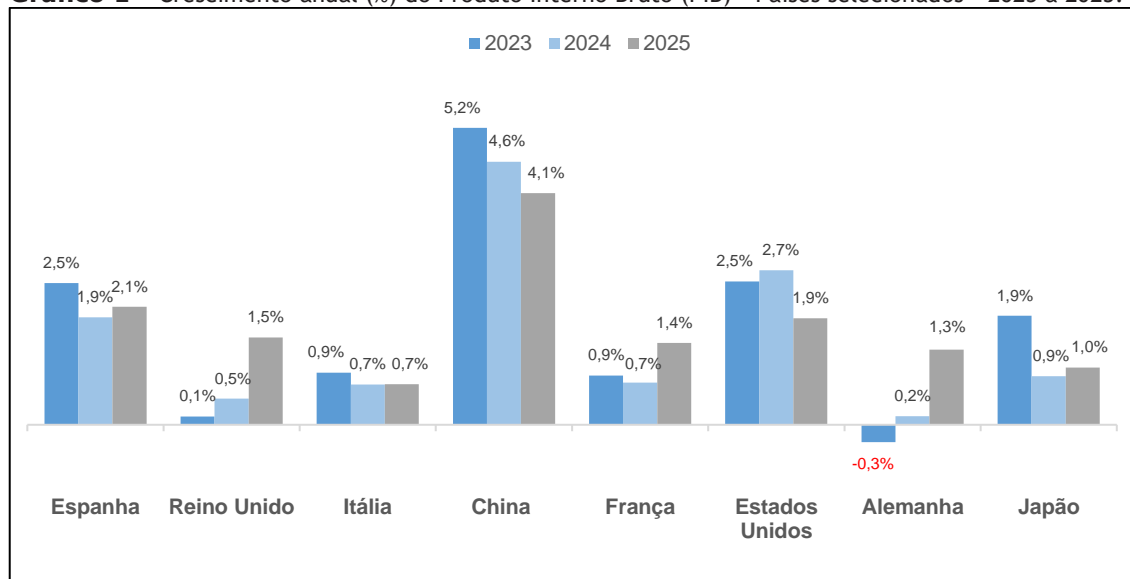
Nos Estados Unidos, o crescimento do PIB em 2023 foi de 2,5%, com uma leve aceleração para 2,7% em 2024. Contudo, projeta-se uma desaceleração para 1,9% em 2025, refletindo moderação no ritmo de expansão econômica.

A Alemanha enfrentou uma recessão em 2023, com crescimento negativo de -0,3%. Em 2024, o país projeta um leve crescimento de 0,2%, com expectativas de recuperação mais robusta em 2025, quando o PIB deverá crescer 1,3%, em função da flexibilização monetária, por meio da redução da taxa de juros pelo Banco Central Europeu.

O Japão, que entrou em recessão técnica no início de 2023, conseguiu evitar uma queda mais acentuada ao final do ano, mas continua enfrentando desafios estruturais, como o envelhecimento

populacional. O crescimento japonês deve passar de 0,9% em 2024 para 1,0% em 2025, sugerindo uma lenta recuperação.

Gráfico 1 - Crescimento anual (%) do Produto Interno Bruto (PIB) - Países selecionados - 2023 a 2025.



Fonte: International Monetary Fund/World Economic Outlook Database - Junho de 2024.

CENÁRIO NACIONAL

No segundo trimestre de 2024, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 1,4% em relação ao trimestre anterior, impulsionado pelo bom desempenho da indústria (+1,8%) e dos serviços (+1,0%). Esses setores compensaram a retração na agropecuária (-2,3%), afetada por condições climáticas desfavoráveis. A recuperação industrial, aliada à resiliência do setor de serviços, aponta para uma retomada econômica, ainda que o setor agrícola continue enfrentando desafios climáticos.

No lado da demanda, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) apresentou crescimento de 2,1%, refletindo a retomada dos investimentos em infraestrutura e bens de capital. O consumo das famílias (+1,35%) e do governo (+1,30%) também subiram, impulsionados pela melhora no mercado de trabalho e por políticas de natureza fiscal. O aumento expressivo das importações (+7,64%) indica uma maior demanda por insumos e bens de consumo, mas também destaca a dependência de componentes externos para sustentar a produção interna.

A taxa de investimento, fixada em 16,8% do PIB, demonstra um direcionamento relevante de recursos para a expansão da capacidade produtiva, embora ainda aquém do ideal para uma economia emergente. A taxa de poupança, de 16%, revela um nível relativamente baixo de poupança interna, o que torna o Brasil parcialmente dependente de capital externo para financiar seus investimentos.

Em resumo, o Brasil está em um processo de crescimento econômico moderado, com avanços importantes na indústria e nos serviços, além de crescimento nos investimentos. Entretanto, a retração na agropecuária, a baixa taxa de poupança e a dependência de importações continuam sendo obstáculos estruturais. Para garantir um crescimento sustentável a longo prazo, será fundamental aumentar o nível de poupança e investimento interno, além de implementar políticas que elevem a produtividade e a resiliência do setor agrícola.

Quadro 1 – Produto Interno Bruto e Componentes da Demanda - Brasil - 2º Trimestre de 2024.

Período de Comparação	Indicadores								
	Ótica da Oferta			PIB	Ótica da Demanda				
	AGRO.	INDUS.	SERV.		FBCF	CONS. FAM.	CONS. GOV.	Export.	Import.
2º Trimestre de 2024/ 1º Trimestre de 2024 (%) (Com ajuste Sazonal)	-2,3%	1,8%	1,0%	1,4%	2,1%	1,3%	1,3%	1,4%	7,6%
2º Trimestre de 2024/ 2º Trimestre de 2023 (%)	-2,9%	3,9%	3,5%	3,3%	5,7%	4,9%	3,1%	4,5%	14,8%
Acumulado ao longo do ano (1º Semestre de 2024) / mesmo período do ano anterior (sem ajuste sazonal)	-2,9%	3,4%	3,3%	2,9%	4,2%	4,6%	2,9%	5,4%	12,6%
Acumulado em quatro trimestres / mesmo período do ano anterior (sem ajuste sazonal)	0,0%	2,6%	2,6%	2,5%	-0,9%	3,7%	2,4%	7,0%	4,1%
Valores Correntes no 2º Trimestre de 2024 (R\$)	199,9 bilhões	619,7 bilhões	1,7 trilhões	2,9 trilhões	484,4 bilhões	1,8 trilhões	532,8 bilhões	538,1 bilhões	501,3 bilhões
Taxa de Investimento (FBCF/PIB) no 2º Trimestre de 2024 = 16,8%									
Taxa de Poupança (POUP/PIB) no 2º Trimestre de 2024 = 16%									

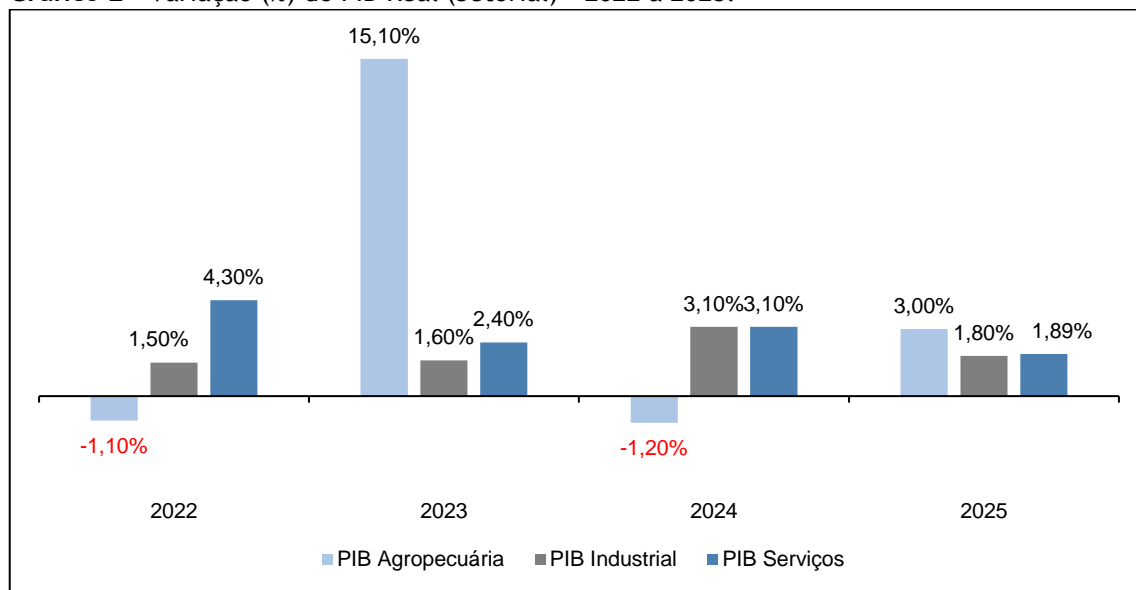
Fonte: Contas Nacionais Trimestrais - IBGE. Elaboração Nupe/Unifor.

No setor agropecuário, o PIB sofreu uma queda de 1,10% em 2022, seguida de um expressivo aumento de 15,10% em 2023, impulsionado por uma safra de soja. Para 2024, espera-se uma nova retração de 1,20%, principalmente devido a fatores climáticos adversos. Em 2025, contudo, projeta-se um crescimento de 3%, sustentado pelo aumento das exportações de soja e carne, conforme o Gráfico 2.

O setor industrial, um dos mais afetados pela pandemia de COVID-19, começou a se recuperar lentamente, registrando um crescimento de aproximadamente 1,5% no biênio 2022-2023. Para 2024, a previsão é de um crescimento mais robusto de 3,10%, impulsionado pela redução dos juros de mercado e pelos programas de incentivo, como o Nova Indústria Brasil, lançados pelo governo federal. No entanto, para 2025, a expectativa é de um leve declínio, com o crescimento estimado em 1,8%.

O setor de serviços apresentou taxas de crescimento de 4,3% em 2022 e 2,4% em 2023, beneficiado pela retomada das atividades de turismo e comércio após o fim das restrições impostas pela pandemia. Em 2024, a previsão é de um crescimento de 3,1%, impulsionado pelo aumento da massa salarial das famílias. Para 2025, projeta-se uma expansão mais modesta de 1,89%.

Gráfico 2 - Variação (%) do PIB Real (Setorial) - 2022 a 2025.



Fonte: IBGE e Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

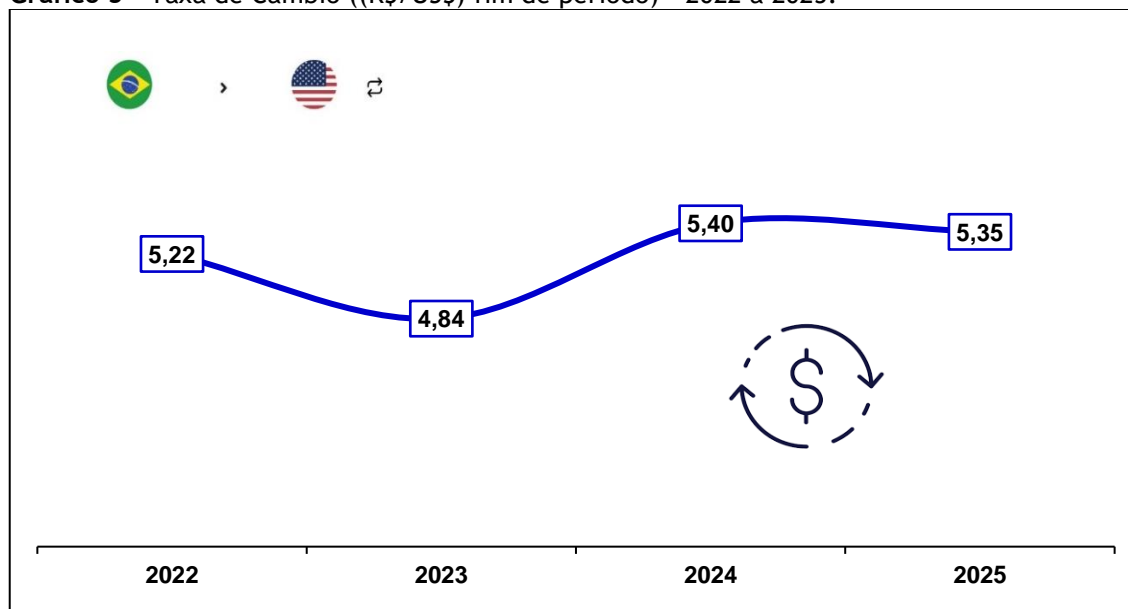
O ano de 2023 foi marcado por forte volatilidade no câmbio brasileiro, influenciado por fatores internos e externos. Durante 2023, a taxa de câmbio do real frente ao dólar flutuou significativamente, encerrando o ano em R\$4,84. Essa oscilação foi influenciada por questões como a inflação global e as políticas monetárias dos Estados Unidos, que pressionaram o real em determinados momentos. No entanto, intervenções do Bacen no mercado cambial e ajustes na taxa de juros ajudaram a estabilizar o câmbio no segundo semestre.

Para 2024, o Bacen, por meio do relatório Focus, projeta uma relativa estabilidade da taxa de câmbio, com expectativas de um controle fiscal e um cenário global menos incerto. A previsão é que o real se mantenha em torno de R\$5,40, com variações ocasionais causadas por eventos internacionais, como decisões de política monetária nos EUA e variações nos preços das commodities. No cenário interno, um ambiente fiscal mais estável também deve contribuir para a estabilização do câmbio.

Em 2025, a expectativa é de um fortalecimento moderado do real, com a taxa de câmbio prevista em R\$5,35. Esse otimismo se baseia em um cenário de crescimento econômico mais robusto e na implementação de reformas estruturais. A melhora das contas públicas e a melhora das condições geopolíticas, combinadas com parcerias comerciais favoráveis, devem reduzir a volatilidade e trazer maior previsibilidade para o câmbio.

Entre 2024 e 2025, a taxa de câmbio no Brasil enfrentará desafios e oportunidades. A condução eficaz das políticas econômicas internas, somada à compreensão do cenário internacional, será crucial para manter a moeda estável. O Bacen e os analistas continuarão monitorando de perto esses fatores, buscando mitigar riscos e promover a estabilidade cambial, reforçando a confiança no real.

Gráfico 3 - Taxa de Câmbio ((R\$/US\$) fim de período) - 2022 a 2025.



Fonte: Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

A taxa Selic, também chamada de taxa básica de juros, desempenha um papel crucial na economia brasileira, tanto no presente quanto no futuro. Ela representa o custo que o país paga a quem lhe empresta dinheiro. Em economias com alto risco, instabilidade ou baixa liquidez, a taxa básica tende a ser mais alta, pois os credores precisam ser compensados pelo risco adicional de não receberem de volta o que emprestaram.

De acordo com as projeções do mercado, a trajetória da Selic entre 2022 e 2024 mostra um movimento de queda gradual. Após atingir 13,75% em 2022, a Selic caiu para 11,75% em 2023, reflexo de uma política monetária mais flexível, adotada após o controle da inflação mais elevada observada no período pós-pandemia e a redução de choques globais de oferta. Para 2024, a previsão é que a Selic encerre em 11,75%, enquanto para 2025 a expectativa é de uma redução para 10,75%. Essa queda sinaliza que o Banco Central confia na manutenção da inflação próximo da meta, estabelecida em 3% com uma margem de tolerância entre 1,5% e 4,5%.

Os rumos da Selic também dependem de fatores externos, como a política monetária dos Estados Unidos, além da possível extensão do ciclo de alta de juros pode impactar o Brasil. Adicionalmente, questões fiscais, como o controle do déficit primário e a trajetória da dívida pública, serão determinantes na condução da política monetária nos próximos anos.

Se a Selic atingir 10,75% em 2025, isso refletirá expectativas de inflação sob controle e crescimento econômico sustentável, sem pressões sobre os preços. No entanto, o Banco Central continuará deve estar atento para ajustar a política monetária, caso haja desvios nas expectativas inflacionárias ou novos choques externos que afetem a economia brasileira.

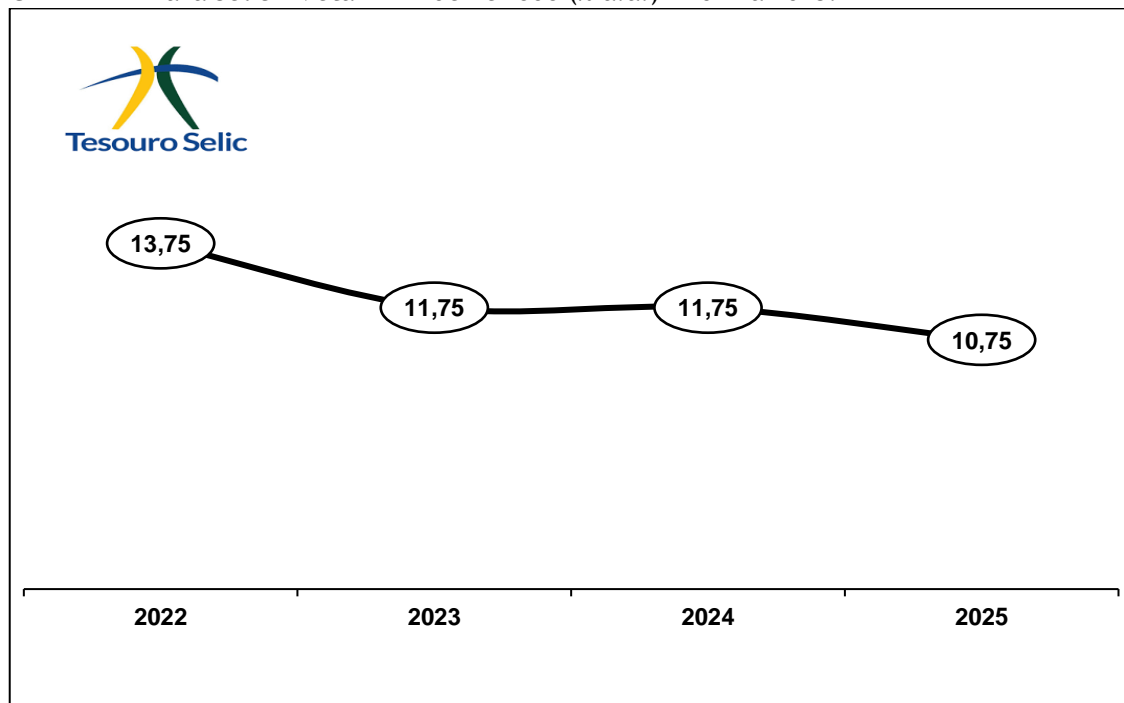
É importante notar que a Selic tem grande influência sobre os investimentos empresariais. Quando a taxa básica de juros é alta, os empresários tendem a evitar investimentos, pois os retornos sobre novos projetos podem não compensar o custo do crédito. Por outro lado, uma Selic mais baixa, incentiva a compra de maquinário e a contratação de pessoal, pois os retornos sobre esses investimentos se tornam mais atrativos.

As variações na Selic são definidas pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), que se reúne a cada 45 dias. Após um período de elevação durante a pandemia, o país tem tentado, com certo sucesso, reduzir a taxa, embora em ritmo lento. Um fato recente interessante foi a divergência entre as taxas de juros brasileiras e americanas: enquanto os EUA reduziram seus juros, o Brasil optou por iniciar um novo ciclo de alta, refletindo a percepção de risco do país em comparação com outras economias. Isso demonstra o cuidado do COPOM em manter a estabilidade financeira diante das incertezas econômicas globais.

A Selic também atua como um mecanismo de controle da inflação, incentivando a

poupança. Quando os juros são altos, é mais atraente para os indivíduos manterem dinheiro na poupança, reduzindo o consumo e, conseqüentemente, a pressão inflacionária.

Gráfico 4 - Taxa Selic - Meta - Fim de Período (% a.a.) - 2022 a 2025.



Fonte: Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

A inflação, que se refere ao aumento generalizado dos preços na economia, resulta em uma diminuição do poder de compra da moeda. No Brasil, o principal indicador utilizado para monitorar a inflação é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que reflete a variação dos preços de uma cesta de consumo representativa para famílias com renda de 1 a 40 salários-mínimos em 16 regiões do país.

Em 2022, o IPCA registrou uma inflação de 5,79%, acima da meta do CMN de 3,50% e do limite superior de 5,00%, influenciada por fatores como o aumento nos preços dos combustíveis e alimentos, a desvalorização da moeda e a recuperação econômica. Já em 2023, a inflação desacelerou para 4,62%, ainda acima da meta de 3,25%, mas dentro do limite superior, refletindo a queda nos preços dos combustíveis e uma demanda interna mais moderada.

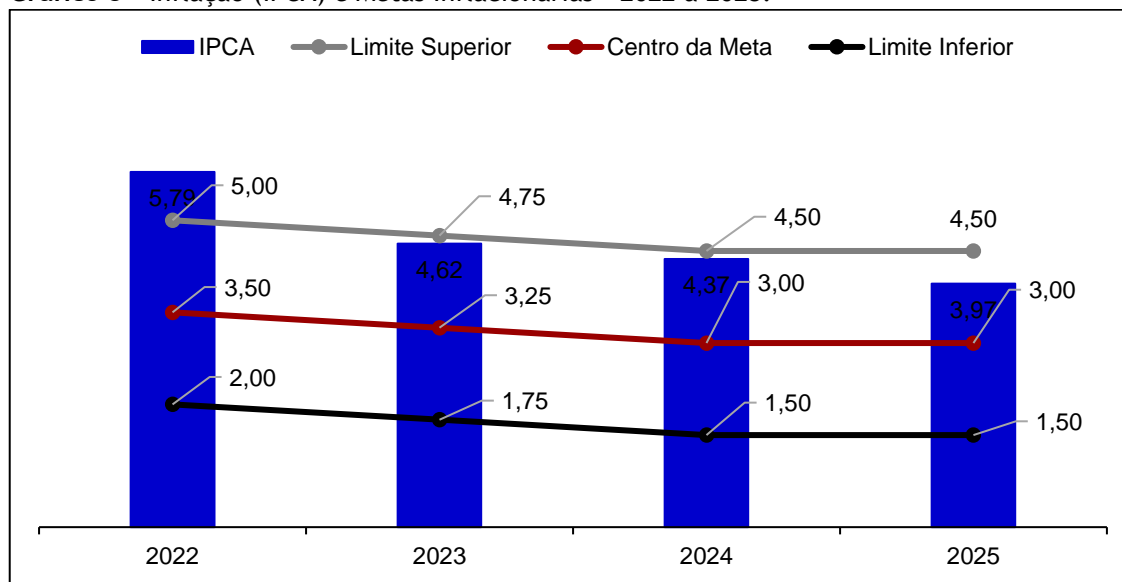
Atualmente, a economia brasileira demonstra um dinamismo maior do que o esperado, com indicadores de atividade econômica e mercado de trabalho apontando para um desempenho positivo. Em agosto, o consumo das famílias se manteve robusto, impulsionado pela recuperação do consumo de bens duráveis.

As projeções do Comitê de Política Monetária (Copom) indicam um processo de desinflação, embora a inflação ainda esteja acima da meta de 3,0% definida para o horizonte relevante da política monetária. Em 2024, o IPCA acumulou alta de 2,85%, com destaque para os setores de Educação, que cresceu 6,53%, e Saúde e Cuidados Pessoais, com aumento de 4,87%.

Por outro lado, comparando os meses recentes, observou-se um recuo de 0,02% no índice geral, com destaque para o setor de Habitação, que apresentou queda de 0,51%, e o grupo de Alimentação e Bebidas, que variou -0,44%. Esses dados revelam as nuances da inflação e suas flutuações setoriais no cenário atual.

Nas últimas semanas, as expectativas para a inflação de 2024 e 2025 foram revisadas para cima. Na quarta semana de setembro de 2024, o mercado passou a prever taxas de 4,37% para 2024 e 3,97% para 2025, o que gera questionamentos sobre os fatores por trás dessa alta nas expectativas e os potenciais implicações para a economia brasileira.

Gráfico 5 - Inflação (IPCA) e Metas Inflacionárias - 2022 a 2025.



Fonte: IBGE e Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

As perspectivas para o mercado de trabalho dependem de fatores como o desempenho da economia global, a política econômica interna e a dinâmica dos setores produtivos.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do IBGE, mostram uma tendência de redução da taxa de desemprego entre o segundo trimestre de 2022 e o segundo trimestre de 2024. Apesar da queda geral, observa-se certa oscilação nos últimos trimestres, com a taxa de desemprego entre os jovens de 18 a 24 anos sendo mais volátil e significativamente mais alta do que a taxa geral.

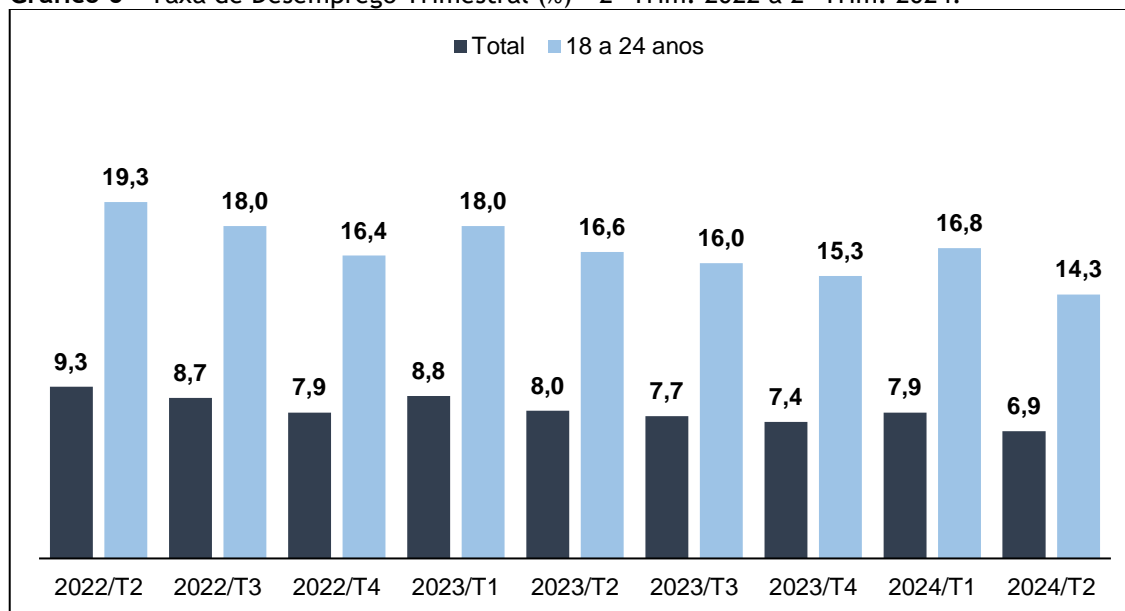
O gráfico a seguir destaca a taxa de desemprego trimestral entre 2022/T2 e 2024/T2, separando os dados gerais dos específicos para jovens de 18 a 24 anos. A análise revela uma disparidade constante, com os jovens enfrentando taxas de desemprego muito superiores à média geral. No segundo trimestre de 2022, o desemprego entre os jovens era de 19,3%, mais que o dobro da taxa geral de 9,3%. Embora ambos os indicadores tenham caído até o segundo trimestre de 2024, com o desemprego juvenil em 14,3% e a taxa geral em 6,9%, a diferença entre as faixas etárias persiste.

As políticas governamentais, como os programas de auxílio emergencial e os incentivos à contratação, contribuíram para a queda do desemprego, assim como a recuperação do setor de serviços, um dos maiores geradores de emprego no Brasil.

Vale ressaltar que embora o contingente de trabalhadores informais tenha recuado em 1,0% em relação ao ano anterior, a informalidade ainda impacta a redução da taxa de desemprego, já que muitos brasileiros buscam oportunidades fora do mercado formal.

Por fim, apesar da tendência de queda, o desemprego entre os jovens continua elevado, sugerindo a necessidade de políticas públicas focadas na inserção desse grupo no mercado de trabalho, já que enfrentam maiores desafios e volatilidade econômica.

Gráfico 6 - Taxa de Desemprego Trimestral (%) - 2º Trim. 2022 a 2º Trim. 2024.

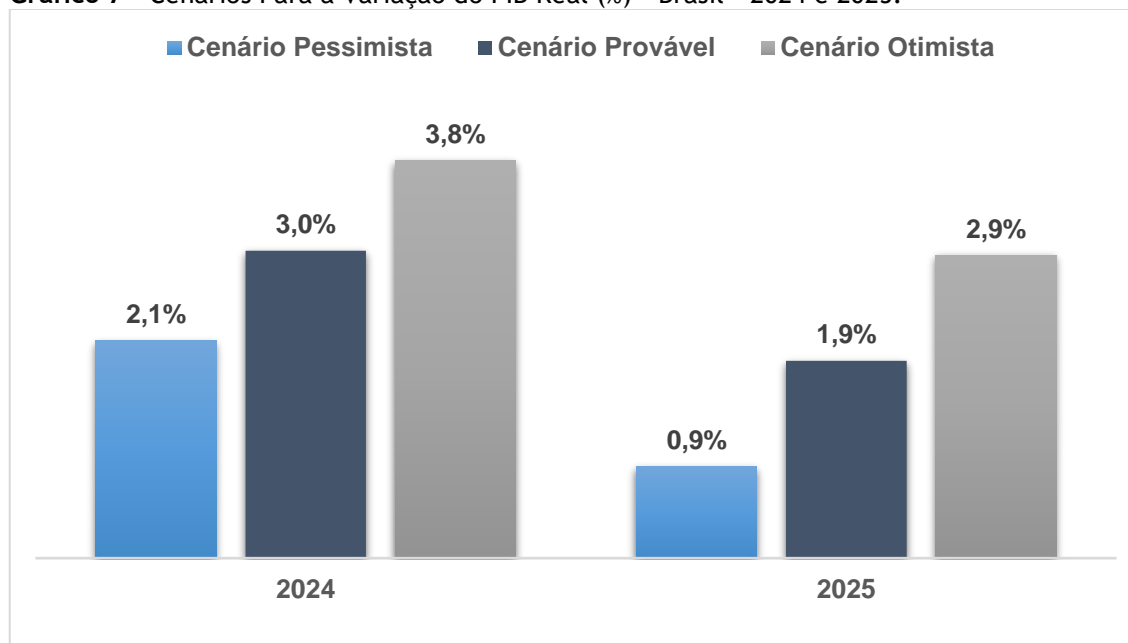


Fonte: IBGE-PNAD. Elaboração: Nupe/Unifor.

O PIB brasileiro no ano de 2024 vem sendo impactado pela alta da taxa SELIC, apesar da trajetória de queda recente implementada pelo Banco Central e do controle da inflação. O nível da taxa de juros SELIC atual de 10,75% ainda é um limitador para os aumentos do consumo das famílias e dos investimentos das empresas. Apesar do Comitê de Mercado Aberto do Federal Reserve, o banco central dos Estados Unidos, reduzir os juros básicos da economia do país em 0,50 ponto percentual, passando para uma banda entre 4,75% e 5,00%, tanto a economia americana quanto maioria dos países desenvolvidos ainda estão convivendo com um ambiente de juros elevados, a partir de uma política monetária restritiva para controle inflacionário, gerando uma desaceleração do crescimento da economia mundial e aumentando as incertezas nas decisões de investimentos externos no Brasil. Por outro lado, o mercado de trabalho brasileiro mais aquecido em 2024 vem estimulando o consumo das famílias a partir do aumento da massa salarial e do controle inflacionário mantido pelo Banco Central.

Dado o comportamento conjuntural da economia brasileira recente, bem como as previsões de agregados macroeconômicos apresentados neste documento, o Nupe elaborou previsões para o PIB brasileiro, para os anos de 2024 e 2025, em três possíveis cenários (Gráfico 7). A economia do Brasil, para o cenário provável, registrará crescimentos de 3,0% e 1,9%, respectivamente para os anos de 2024 e 2025. No cenário pessimista espera-se crescimento de 2,1%, para 2024 e 0,9% para 2025, enquanto para o cenário otimista espera-se expansões de 3,8% e 2,9%, em 2024 e 2025, respectivamente.

Gráfico 7 - Cenários Para a Variação do PIB Real (%) - Brasil - 2024 e 2025.



Fonte: Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

CENÁRIO LOCAL

O PIB do Ceará apresentou um crescimento expressivo de 7,21% no segundo trimestre de 2024 se comparado ao mesmo período do ano passado, destacando a resiliência e o fortalecimento da economia cearense. O acumulado do PIB do ano de 2024 já registra expansão de 6,48%.

A agropecuária cearense vem crescendo desde o começo do ano, após a retração dos trimestres anteriores, cresceu 2,07% no primeiro trimestre de 2024, influenciada principalmente pelas chuvas e a recuperação nas culturas do milho e feijão. Esse setor teve um impulso ainda maior no segundo trimestre, com um salto de 32,52%, refletindo a boa safra e o aumento da produção de frutas como coco-da-baía, banana, acerola e mamão.

No setor industrial, após apresentar um crescimento de 12,83% no primeiro trimestre, registrou leve desaceleração no crescimento no segundo trimestre, haja vista ter crescido 9,93%. Entre as atividades de maior desaceleração, podemos citar a atividade de Eletricidade, Gás e Água (SIUP) onde saiu de 18,76% no 1º trimestre e foi para 5,06% no 2º. Trimestre. Pelo lado positivo, pode-se destacar a Indústria de Transformação, que vem em crescimento desde o 4º trimestre do ano de 2023, impulsionado pela indústria de calçados, metalúrgicas e vestuário.

O setor de serviços, que tem um peso significativo na economia do Ceará, vem apresentando crescimentos contínuos, saindo de 3,87% no primeiro trimestre do ano para 4,48% no segundo trimestre de 2024, liderado por atividades como comércio e administração pública, consolidando o bom desempenho do setor ao longo do ano.

Com esses resultados, o PIB cearense acumulado em 2024 até o segundo trimestre aponta um crescimento robusto, refletindo na recuperação econômica contínua em um ambiente de negócios favorável ao estado. As previsões para os próximos trimestres sugerem uma manutenção desse ritmo de crescimento, embora o cenário global e as condições climáticas do país continuem como fatores de incerteza.

Tabela 1 - Taxas de crescimento (%) do PIB e Valor Adicionado por atividades no trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior - Ceará - 2º Trim. 2023 a 2º Trim. 2024 (*).

Setores e Atividades	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	Ano de	1º Trim.	2º Trim.	Acumulado	Acumulado
	2023	2023	2023	2023	2024	2024	no Ano	nos 4 últimos
	(**)	(**)	(**)	(**)	(**)	(**)	(**)	Trim (***)
Agropecuária	-7,84	-8,02	-4,74	-6,40	2,07	32,52	20,54	3,60
Indústria	-3,00	-1,72	8,97	1,09	12,83	9,93	10,35	6,59
Extrativa Mineral	-2,50	-4,27	7,29	-0,03	9,52	5,21	7,31	4,14
Transformação	-9,97	-8,21	4,39	-4,30	10,84	12,96	11,90	4,28
Construção Civil	-0,48	1,69	10,12	3,02	10,81	8,60	9,67	7,66
Eletricidade, Gás e Água	11,73	6,97	12,84	9,26	18,76	5,06	7,60	8,47
Serviços	1,98	4,44	4,78	3,40	3,87	4,48	4,74	4,83
Comércio	1,87	12,46	10,39	6,13	6,43	8,03	7,25	9,78
Alojamento e Alimentação	6,24	4,86	5,59	6,46	5,63	5,68	5,64	5,42
Transportes	3,08	3,41	3,87	3,46	3,34	6,11	4,75	4,18
Intermediação Financeira	0,30	2,18	5,10	2,35	5,25	4,87	6,38	5,00
Administração Pública	2,79	2,49	1,12	2,34	0,85	1,64	1,60	1,84
Outros Serviços	2,23	2,78	5,57	3,92	6,46	6,44	6,45	5,30
Valor Adicionado (VA)	0,22	2,09	5,16	2,32	5,39	7,51	6,67	5,12
PIB	0,38	2,31	5,14	2,42	5,26	7,21	6,48	5,10

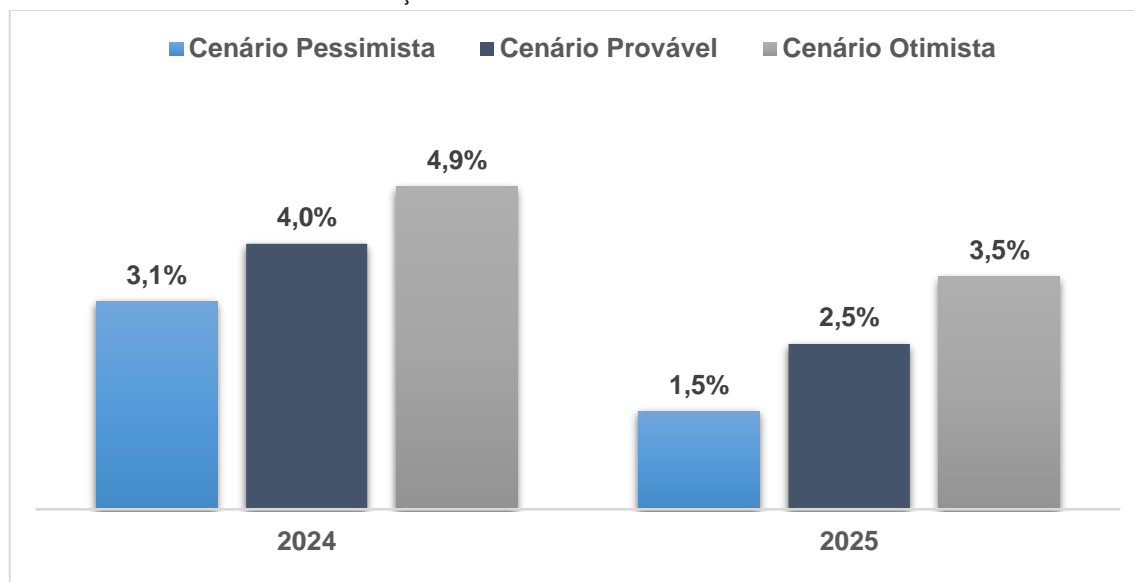
Fonte: IPECE e IBGE.

(*) São dados preliminares e podem sofrer alterações quando forem divulgados os dados definitivos;

(**) Em comparação a igual período do ano anterior.

De acordo com o comportamento do PIB do Ceará e de sua relação com o PIB do Brasil, bem como as análises conjunturais e os cenários apresentados neste documento, o Nupe elaborou previsões para o PIB cearense para os anos de 2024 e 2025, em três possíveis cenários (Gráfico 8). A economia cearense, para o cenário provável, registrará crescimentos de 4,0% e 2,5%, respectivamente para os anos de 2024 e 2025. Já no cenário pessimista espera-se crescimentos de 3,1%, para 2024, e de 1,5% para 2025, enquanto para o cenário otimista, espera-se um aumento de 4,9% em 2024 e 3,5% em 2025.

Gráfico 8 - Cenários Para a Variação do PIB Real - Ceará - 2024 e 2025.



Fonte: IPECE e NUPE. Elaboração: Nupe/Unifor.

Autores:

Alice Carolina Macedo
Beatriz Teles Ferreira
Daniel Bandeira de Melo Almeida
Diego Cavalcanti de Oliveira
Felipe Guerreiro Melo
Francisco Arruda Aguiar Filho
Gustavo Henrique Melo Moreira
Júlia de Albuquerque Cabral
Kalil Lucena Karbage
Laura Castro Goulart de Aquino
Leonardo Gibson Do Nascimento
Lucas Leonardo Bezerra da Silva
Maria Cecília Pinheiro Guerra Ramos
Nathanael Vasconcelos Saldanha
Nelson Bernardino dos Santos Junior
Paulo Ricardo Holanda Feitosa
Pedro Parente Pinheiro
Rosângela de Sousa Cardoso
Thais Castelo Branco
Vinicius Lima de Farias Rissi
William Raphael Lima Costa

